



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



ANEXO VI

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** E A EMPRESA

_____.

Contrato nº _____/2018.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 23.157.523-3, CPF/MF nº 260.016.228-33, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL, quando for o caso), CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua: _____ nº _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

- 1.1 – AQUISIÇÃO DE GALÕES DE ÁGUA MINERAL DE 20 LTS E FARDOS DE 12 UNIDADES DE GARRAFAS DE ÁGUA MINERAL DE 500ML, DESTINADAS À VÁRIAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE, conforme especificações e quantidade descrita no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº ____/2018 e na proposta comercial apresentada pela Contratada.

2ª - DO PREÇO

2.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

2.2 - **Dá-se ao presente contrato o valor total de: R\$ _____ (_____).**

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da **CONTRATADA** até a aceitação final por parte da **CONTRATANTE**.

Cláusula 3ª - DA ENTREGA

3.1- As entregas serão parceladas e deverão ocorrer no prazo máximo de até 01 (uma) hora após cada solicitação, e após autorização expressa do Secretário / Diretor (a) de cada Secretaria / Diretoria desta municipalidade, por conta e risco da licitante.:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



3.2 – O prazo de entrega admite prorrogação, mantidas as demais cláusulas, se, antes da sua expiração, a contratada ou detentora protocolar requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8666/93.

3.3 – As despesas com a entrega do objeto serão por conta da empresa vencedora do certame, devendo enviar carregadores para auxiliar o motorista no descarregamento do objeto;

3.4 – Não será permitida na entrega, a substituição do objeto ofertado, em função de outra especificação, outras marcas, etc.

3.5 – A detentora /contratada será responsável por acompanhar o número de fac-símile ou o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da autorização de fornecimento recebida.

Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - O objeto contratual será recebido:

4.1.1 - provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

4.1.2 - definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações do Edital, verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

4.2 - Serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no ANEXO I, da marca informada, na PROPOSTA e com produtos com o prazo de validade vencido ou então com validade inferior à 04 (quatro) meses, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 4.3 abaixo.

4.3 - Constatadas irregularidades nos objetos fornecidos, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital e da proposta, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Cláusula 5ª – DA GESTÃO

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, fica definida como gestor do presente Contrato os Senhor GENILSON ANTÔNIO MARTINS - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, CPF: 117.460.878.11 ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.

Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

6.1 - A CONTRATADA fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá inserir nas Notas Fiscais: descrição do objeto, os dados bancários de sua empresa (nome do banco, número da agência e da conta corrente), bem como o número do empenho, de acordo com a Autorização de Fornecimento (AF), tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à CONTRATADA, que se obriga a substituí-los na forma exigida.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



6.3 - Fica vedada à Contratada a emissão de duplicatas para representação de quaisquer valores que venham a ser devidos em razão do presente contrato.

Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 -O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a cada entrega do objeto solicitados, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com a Autorização de Fornecimento, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.1.1 - Os dados bancários informados nas Notas Fiscais, deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da licitante vencedora.

7.1.2 – Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

7.2 - O pagamento será através de Ordem de Pagamento ou crédito em Conta Corrente da CONTRATADA.

7.3- No caso de CONTRATADA em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial;

7.3.1- No caso de CONTRATADA em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

7.4- A não apresentação das comprovações de que tratam as cláusulas 7.3 e 7.3.1 assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos seguintes.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 - Todos os custos deste contrato, para esta aquisição correrão por conta da dotação:

nº 02.15.00 – 27.812.0019.2.052/3.3.90.30.00 – Ficha nº 734 – Secretaria de Esporte e Lazer (recurso próprio)

nº 02.14.00 – 04.122.0022.2.057/3.3.90.30.00 – Ficha nº 687 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso próprio)

nº 02.16.00 – 18.122.0020.2.054/3.3.90.30.00 – Ficha nº 746 - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado (recurso próprio)

nº 02.07.00 – 06.181.0017.2.050/3.3.90.30.00 – Ficha nº 171 – Secretaria de Segurança Pública (recurso próprio)

nº 02.17.00 – 13.392.0029.2.072/3.3.90.30.00 – Ficha nº 755 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (recurso próprio)



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



nº 02.13.00 – 15.452.0035.2.095/3.3.90.30.00 – Ficha nº 656 – Secretaria de Serviço Públicos, Água e Esgoto (recurso próprio)

nº 02.13.00 – 17.512.0030.2.084/3.3.90.30.00 – Ficha nº 666 – Secretaria de Serviços Públicos, Água e Esgoto (recurso próprio)

nº 02.12.00 – 15.452.0037.2.101/3.3.90.30.00 – Ficha nº 623 – Secretaria de Obras (recurso próprio)

nº 02.11.00 – 12.361.0049.2.141/3.3.90.30.00 – Ficha nº 519 – Secretaria de Educação (recurso próprio)

nº 2.10.00 – 10.122.0048.2.133/3.3.90.30.00 – Ficha nº 346 – Secretaria de Saúde (recurso próprio)

nº 02.09.00 – 08.241.0008.2.021/3.3.90.30.00 – Ficha nº 228 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.244.0008.2.163/3.3.90.30.00 – Ficha nº 307 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.244.0007.2.018/3.3.90.30.00 – Ficha nº 256 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.244.0007.2.018/3.3.90.30.00 – Ficha nº 256 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.244.0007.2.078/3.3.90.30.00 – Ficha nº 270 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.243.0009.2.038/3.3.90.30.00 – Ficha nº 211 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso próprio)

nº 02.09.00 – 08.243.0007.2.020/3.3.90.30.00 – Ficha nº 234 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso estadual)

nº 02.09.00 – 08.243.0007.2.020/3.3.90.30.00 – Ficha nº 238 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.244.0007.2.018/3.3.90.30.00 – Ficha nº 256 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.244.0007.2.010/3.3.90.30.00 – Ficha nº 243 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso estadual)

nº 02.09.00 – 08.244.0007.2.019/3.3.90.30.00 – Ficha nº 261 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)

nº 02.09.00 – 08.244.0008.2.027/3.3.90.30.00 – Ficha nº 298 - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (recurso federal)



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



nº 02.09.00 – 08.244.0008.2.024/3.3.90.30.00 – Ficha nº 294 - Secretaria de Negócios Jurídico (recurso próprio)

nº 02.05.00 – 04.129.0054.2.155/3.3.90.30.00 – Ficha nº 113 – Secretaria de Finanças (recurso próprio)

nº 02.03.00 – 04.122.0057.2.161/3.3.90.30.00 – Ficha nº 69 – Secretaria de Administração (recurso próprio)

nº 02.03.00 – 04.122.0055.2.156/3.3.90.30.00 – Ficha nº 46 - Secretaria de Administração (recurso próprio)

nº 02.05.00 – 04.122.0053.2.153/3.3.90.30.00 – Ficha nº 107 – Secretaria de Finanças (recurso próprio)

nº 02.01.00 – 04.122.0036.2.098/3.3.90.30.00 – Ficha nº 29 – Gabinete do prefeito e dependências (recurso próprio)

nº 02.05.00 – 04.122.0053.2.153/3.3.90.30.00 – Ficha nº 107 – Secretaria de Finanças (recurso próprio)

8.2 - Em observância do COMUNICADO SDG nº 028/2017/TCESP, esclarece-se que a origem do recurso orçamentário indicado na cláusula anterior.

Cláusula 9ª - ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1 - A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito (Art. 37, inciso XXI da CF c.c. Art. 15, parágrafo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993), justamente para demonstrar através de planilha analítica seus efeitos, mantendo a equação inicial de sua proposta.

9.2 - Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela CONTRATADA, e isso motivar o bloqueio de entrega do objeto, esta incorrerá nas penalidades previstas na Cláusula XX deste Edital. 21.3 - Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga a fornecer, em cada ocorrência de majoração ou redução, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências, bem como da planilha de custos onde demonstre detalhadamente os insumos que geraram o aumento, destacando valores anteriores e majorados, percentuais, origem do aumento (folha de pagamentos, impostos, matéria-prima, transporte, etc.).

9.3.1 - Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



9.3.2 - O objeto deverá ser executado pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido, a partir do requerimento devidamente protocolado, abrangendo a Autorização de Fornecimento emitida e entregue a partir da data do protocolo.

9.4 - O preço será ofertado em moeda corrente no país (real) e não será objeto de atualização financeiro por via de aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza.

9.5 - O disposto no item 9.1 não impedirá a redução do preço registrado aos valores de mercado.

Cláusula 10ª - DAS PENALIDADES E MULTA

10.1 - O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e bem como os arts. 86, 87 e 88 previstos na Lei nº12.846 de 1º de agosto de 2013 e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual < www.birigui.sp.gov.br >, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital.

Cláusula 11ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

11.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

11.1.2 - lentidão no fornecimento, levando a Administração a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

11.1.3 - paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

11.1.4 - subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da CONTRATADA a terceiros;

11.1.5 - decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

11.1.6 - ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

11.1.7 - alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.8 - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

11.2 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



11.3 - No caso de a CONTRATADA estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

Cláusula 12ª - DIVERSOS

12.1 – O prazo de garantia dos produtos deverá ser conforme a prevista no Código de Defesa do Consumidor, a contar da entrega dos mesmos.

12.2- A Prefeitura se reserva o direito de solicitar à licitante vencedora o acréscimo ou supressão no fornecimento do objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades nos mesmos preços unitários, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 – Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.3 - A CONTRATADA em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicar-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

12.4 - A CONTRATADA é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula 13ª - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, e terá seu início na data da sua publicação resumida na imprensa oficial.

Cláusula 14ª - DO AMPARO LEGAL

14.1 - O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº ____/2.018, seus Anexos e Proposta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 15ª - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



15.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

15.3 - Prefeitura de Birigui, aos _____ de _____ de dois mil e dezoito.

CRISTIANO SALMEIRÃO

Prefeito Municipal

CONTRATADA

GENILSON ANTÔNIO MARTINS

Secretário de Administração

= T E S T E M U N H A S =

RG:

RG: